

# Brasil rediscute acordo da dívida

BETH CATALDO

BRASÍLIA — O Governo brasileiro começou a discutir com os bancos credores privados, em Nova York, a revisão dos mecanismos de **relending** (reempréstimo de recursos depositados no Banco Central) e da conversão da dívida em investimento, previstos no acordo de reescalonamento da dívida externa brasileira.

O Secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, e o Diretor da Área Externa do Banco Central, Arnim Lore, viajaram anteontem à noite para Nova York com esse objetivo. O primeiro encontro com os bancos credores estava previsto ainda para ontem.

Os negociadores brasileiros receberam a incumbência de iniciar efetivamente junto aos credores o debate sobre fórmulas alternativas para a redução do estoque da dívida externa do País. Apesar de se tratar de um objetivo que demandará esforços mais prolongados, a expectativa do Governo brasileiro é vir a contar com uma contribuição decidida nesse sentido do ex-Secretário do Tesou-

ro americano James Baker.

Com relação aos mecanismos de **relending** e de conversão da dívida, a preocupação imediata que os negociadores brasileiros levaram a Nova York é o impacto dessas operações no controle da expansão monetária (emissão de moeda) no próximo ano. Sérgio Amaral e Arnim Lore deverão expor aos credores o programa de ajuste delineado pela área econômica do Governo, que pressupõe um controle estrito da moeda com o objetivo de conter o processo inflacionário.

O total de US\$ 1,7 bilhão de operações de **relending** previsto para o próximo ano poderá ser reduzido ou mesmo suspenso a partir dessas negociações, o que implicará alterações formais nos contratos de reescalonamento da dívida externa assinados em setembro último. No caso da conversão da dívida externa em investimentos, no sistema de leilões, o Governo brasileiro tem autonomia para alterar seus tetos ou o cronograma de realização dos leilões de conversões. O que está previsto no acordo é a realização de operações de conversão sem deságio sobre uma parcela de US\$ 1,8 bilhão do empréstimo fornecido pelos credores ao País.